



PARECER SEI Nº 1879/2024/MF

Documento Preparatório. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, art. 7º, § 3º; Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, art. 3º, inciso XII, e art. 20.

Direito Administrativo. Licitações e Contratos. Pregão Eletrônico. Contratação de serviços de manutenção, guarda, limpeza e conservação de embarcações. Regime de Dedicação Exclusiva de Mão de Obra. Lei nº 14.133/2021. Decretos nº 10.947/2022 e 11.246/2022. Instruções Normativas SEGES nº 5/2017, 65/2021, 58/2022, 81/2022 e 98/2022. Análise jurídica do procedimento e das minutas.

Processo SEI nº 10280.723641/2024-76

1. RELATÓRIO

1.1. Trata-se de processo administrativo conduzido pela Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 2ª Região Fiscal - SRRF02, que tem por finalidade a contratação de serviço continuado de manutenção, guarda, limpeza e conservação de embarcações, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais, equipamentos e acessórios, mediante licitação pública, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, conforme justificativa e especificações constantes do Termo de Referência e seus anexos.

1.2. Nesta data, o processo encontra-se instruído com os seguintes documentos pertinentes para análise jurídica:

Fls. 002 (42217122) - Documento de formalização da demanda;
Fls. 006 (42217123) - Portaria SRRF02 nº 223/2023 de designação da equipe de licitações;
Fls. 011 (42217124) - Autorização para abertura do processo;
Fls. 012 (42217125) - Plano de Contratações da SRRF02;
Fls. 015 (42217126) - Relatório de pesquisa de preços;
Fls. 020 (42217128) - Comprovantes de pesquisa de preços de uniformes e materiais;
Fls. 027 (42217129) - Mapa de riscos;
Fls. 034 (42217130) - Termo de desentranhamento das fls. 21 a 26 e 30 a 33;
Fls. 035 (42217131) - Estudo técnico preliminar;
Fls. 041 (42217132) - Minuta do Edital;
Fls. 209 (42217135) - Modelo de IMR;
Fls. 211 (42217136) - Lista de locais para prestação do serviço;
Fls. 212 (42217137) - Apêndice I do Edital - Alerta Financeiro;
Fls. 214 (42217138) - Apêndice II do Edital - Declaração de habilitação;
Fls. 216 (42217140) - Convenção Coletiva PA001067/2023;
Fls. 235 (42217141) - Indicação do Termo de Referência;
Fls. 237 (42217142) - Termo de responsabilidade pelo uso de minutas padrão;
Fls. 239 (42217144) - Lista de verificação;
Fls. 247 (42217145) - Aprovação do ETP;
Fls. 247 (42217146) - Aprovação do Termo de Referência;
Fls. 249 (42217147) - Autorização para a contratação;
Fls. 250 (42217148) - Declaração de recursos orçamentários;
Fls. 254 (42217149) - Termo de desentranhamento das fls. 82 a 98, 99 a 208 e 60 a 81;
Fls. 255 (42217150) - Termo de Referência;
Fls. 277 (42217151) - Termo de Contrato;
Fls. 294 (42217152) - Planilhas de formação de preços;
Fls. 405 (42217154) - Despacho de encaminhamento.

2.4.4. Da análise do documento de formalização da demanda (fls. 002 - SEI 42217122), percebe-se que foram previstos os conteúdos do art. 8º do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, especialmente a justificativa da necessidade da contratação, o nome da área requisitante ou técnica com a identificação do responsável e a indicação da data pretendida para a conclusão da contratação.

2.4.5. Quanto aos estudos preliminares (fls. 035 - SEI 42217131), a equipe de planejamento deve certificar-se de que trazem os conteúdos previstos no art. 9º, da IN SEGES nº 58, de 2022, (descrição da necessidade, estimativa das quantidades, estimativa do valor, justificativa para o parcelamento, posicionamento quanto ao atendimento da necessidade a que se destina) o que aparentemente foi cumprido. Eventual não previsão de qualquer dos conteúdos descritos art. 9º, da IN SEGES nº 58, de 2022, deverá ser devidamente justificada no próprio documento, consoante art. 9º, § 1º, da IN SEGES nº 58, de 2022.

2.4.6. Acerca do Mapa de Riscos (fls. 027 - SEI 42217129), este materializa o gerenciamento de riscos. Lembre-se que deve ser elaborado no módulo de Gestão de Riscos Digital, consoante o item 5.2. do Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação: Advocacia-Geral da União: Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, 2023, disponível em <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/instrumento-de-padronizacao-dos-procedimentos-de-contratacao.pdf>.

2.4.7. Em atenção ao comando do art. 18, §1º, da IN SEGES/MP nº 05, de 2017, é essencial a previsão de tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e de recolhimento de FGTS, o que foi feito. Ainda conforme a IN SEGES/MP nº 05, de 2017, admite-se o uso da conta-depósito vinculada ou do sistema de pagamento pelo fato gerador, na hipótese, optou-se pelo uso da conta vinculada.

2.4.8. O Termo de Referência, ao seu turno, é o documento que deverá conter a definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação, a fundamentação da contratação, a descrição da solução, os requisitos da contratação, o modelo de execução do objeto, o modelo de gestão do contrato, os critérios de medição e de pagamento, a forma e critérios de seleção do fornecedor, as estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado e a adequação orçamentária (art. 6º, XXIII, da Lei nº 14.133, de 2021).

2.4.9. Em linha com o art. 19, IV, da Lei nº 14.133, de 2021, é recomendável a utilização do modelo disponibilizado pela Advocacia-Geral da União, a fim de garantir o conteúdo mínimo necessário, bem como a padronização e a celeridade na análise.

2.4.10. No caso, consta dos autos o Termo de Referência, elaborado pela área requisitante, datado e assinado (fls. 255 - SEI 42217150), tendo o gestor atestado que adotou minuta-padrão no Termo de Responsabilidade (fls. 237 - 42217142).

2.4.11. Constatada a presença dos documentos mínimos exigidos nas normas, elucidamos a seguir pontos específicos do planejamento da contratação, considerados essenciais à avaliação da regularidade geral do presente procedimento.

2.4.12. A descrição da necessidade da contratação foi detalhada no ETP (fls. 35 - SEI 42217131). A justificativa da necessidade da contratação constitui questão de ordem técnica e administrativa, razão pela qual, a teor do Enunciado nº 07 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União, não deve esta Procuradoria se pronunciar conclusivamente acerca do mérito (oportunidade e conveniência) da motivação apresentada e das opções feitas pelo administrador, exceto na hipótese de afronta a preceitos legais, o que não nos parece ser o caso.

2.4.13. No item 1.1 do Termo de Referência o gestor especificou o objeto em item único, como "*Mão de obra terceirizada para o posto de Marinheiro*", a nosso sentir, porém, essa forma de apresentação não se coaduna com o art. 6º, XXIII, alínea "i", art. 23, § 1º, I, da Lei nº 14.133, de 2021, Súmula TCU nº 259, por analogia, uma vez que não fixa preços unitários máximos para cada componente do objeto. Isto é, o gestor pode licitar em item único (ou grupo único), mas precisa deixar evidente que este item é composto por postos diferentes, inclusive de CBO distintas, como informa a planilha presente no ETP, fls. 38 (SEI 42217131), e os valores máximos que admite para cada posto. Sendo assim, recomenda-se que reveja a disposição da planilha do item 1.1 do Termo de Referência, para explicitar os componentes do item licitado.

2.4.14. Observe-se, ainda, que são vedadas especificações do objeto que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou sua realização (art. 9º, da Lei nº 14.133, de 2021). Portanto, o gestor deve tomar as devidas cautelas para assegurar que as especificações correspondam àquelas essenciais à contratação, sem as quais não poderão ser atendidas as necessidades da Administração. Neste sentido, convém repisar as diretrizes do subitem 1.1 do anexo V da IN SEGES/MP nº 05, de 2017, quais sejam:

1.1. São vedadas especificações que:

- a) por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitam, injustificadamente, a competitividade ou direcionam ou favoreçam a contratação de prestador específico;*
- b) não representem a real demanda de desempenho do órgão ou entidade, não se admitindo especificações que deixem de agregar valor ao resultado da contratação ou sejam superiores às necessidades do órgão ou entidade;*
- c) estejam defasadas tecnológica e/ou metodologicamente ou com preços superiores aos de serviços com melhor desempenho.*

2.4.15. Recomenda-se que a Administração se certifique de que as especificações técnicas previstas no Termo de

2.4.16. Deve haver indicação de qual será o regime de execução do contrato, cláusula obrigatória, nos termos do art. 92, IV, da Lei n. 14.133, de 2021. A minuta de contrato remete ao TR (Cláusula Terceira - fls. 277 - SEI 42217151), porém, o TR é omissivo no ponto. Recomenda-se, assim, utilizar a seguinte redação, fazendo-se a adaptação necessária conforme o caso concreto:

X.XX. A presente contratação adotará como regime de execução a ... (Empreitada por Preço Unitário/Empreitada por Preço Global/Contratação por Tarefa/Empreitada Integral)

2.4.17. O regime de execução deve ser sopesado pela Administração, em particular em termos de eficiência na gestão contratual. Como regra, exige-se que as características qualitativas e quantitativas do objeto sejam previamente definidas no edital, permitindo-se aos licitantes a elaboração de proposta fundada em dados objetivos e seguros. Quando isso não é possível, ou seja, quando não se sabe ao certo a estimativa precisa dos itens e quantitativos que compõem o objeto a ser contratado, o gestor deve avaliar a melhor forma de execução contratual.

2.4.18. Na empreitada por preço global, cada parte assume, em tese, o risco de eventuais distorções nos quantitativos a serem executados, que podem ser superiores ou inferiores àqueles originalmente previstos na planilha orçamentária da contratação. Justamente por isso, a adoção de tal regime pressupõe um termo de referência de boa qualidade, que estime com adequado nível de precisão as especificações e quantitativos da obra ou serviço, fornecendo aos licitantes todos os elementos e informações necessários para o total e completo conhecimento do objeto e a elaboração de proposta fidedigna (art. 6º, XXIX, Lei nº 14.133, de 2021), para evitar distorções relevantes no decorrer da execução contratual (TCU. Acórdão 1978, de 2013-Plenário, TC 007.109, de 2013-0, relator Ministro Valmir Campelo, 31.7.2013).

2.4.19. Já na empreitada por preço unitário (art. 6º, XXVIII, Lei nº 14.133, de 2021), em que o preço é fixado por preço certo de unidades determinadas, os pagamentos correspondem à medição dos serviços efetivamente executados, de modo que os riscos dos contratantes em relação a diferenças de quantitativos são menores. Tal regime é mais apropriado para os casos em que não se conhecem de antemão, com adequado nível de precisão, os quantitativos totais da obra ou serviço: a execução das “unidades” se dará de acordo com a necessidade observada, com a realização de medições periódicas a fim de quantificar os serviços efetivamente executados e os correspondentes valores devidos (TCU. Acórdão 1978, de 2013-Plenário, TC 007.109, de 2013-0, relator Ministro Valmir Campelo, 31.7.2013). Assim, na empreitada por preço unitário haverá a execução do contrato conforme a demanda, e esse regime de execução foi criado para resolver o problema da necessidade de fixar uma remuneração sem que se tivesse, desde logo, a quantidade exata do encargo a ser executado.

2.4.20. A opção da Administração por um ou outro regime não decorre de mera conveniência, mas sim da possibilidade, no caso concreto, de predefinir uma estimativa precisa dos itens e respectivos quantitativos que compõem o objeto a ser licitado. Se tal possibilidade existir, a regra é a adoção da empreitada por preço global – normalmente atrelada às obras e serviços de menor complexidade. Do contrário, deve ser adotada a empreitada por preço unitário.

2.4.21. Como desdobramento direto disso, em contratações por empreitada por preço global, a tramitação de eventuais aditivos contratuais quantitativos e qualitativos exigirá a apresentação de robusta justificativa.

2.4.22. Ocorre que a análise sobre a suficiência da descrição quantitativa e qualitativa não tem como ser feita por este órgão jurídico, motivo pelo qual tal incumbência recai sobre os órgãos e autoridades técnicas responsáveis pela descrição do objeto, cabendo-lhes a observância ao tanto quanto exposto até aqui. Rememorando, sempre, que a escolha do regime de execução deverá ser justificada.

2.4.23. Em se tratando de serviços contínuos, pode ser exigida certidão ou atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 (três) anos (art. 67, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021). No caso, o gestor inseriu a exigência de atestado de experiência pelo prazo mínimo igual ao da contratação (item 8.26.1 do Termo de Referência - fls. 274 - SEI 42217150), que foi previsto em 12 meses (item 1.4 - fls. 255 - SEI 42217150). Portanto, a previsão está adequada.

2.4.24. Outro ponto relevante diz respeito ao parcelamento do objeto a ser contratado. Em havendo divisibilidade de natureza técnica e econômica, a regra geral é realizar a adjudicação por itens, tal qual previsto na Súmula TCU nº 247^[2]. No caso de serviços, na aplicação do princípio do parcelamento, deverão ser considerados (art. 47, II, § 1º, Lei nº 14.133, de 2021):

I - a responsabilidade técnica;

II - o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens;

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

2.4.25. Acerca deste ponto, no item 9 do ETP (fls. 39 - SEI 42217131) foram apresentadas as razões da opção feita pela Administração, de licitar o objeto em item único. Em se tratando de aspecto referente à conveniência Administrativa, não nos compete imiscuir na escolha do gestor, sendo relevante apenas apontar as peculiaridades da matéria, como inserido acima.

2.4.26. No item 5.2 do Termo de Referência (fls. 257 - SEI 42217150) foram delineados, como parte dos requisitos da contratação, critérios e práticas de sustentabilidade.

2.4.27. Quanto ao orçamento, é dever da Administração, na contratação de serviços, elaborar planilha detalhada com a consolidação dos quantitativos e preços unitários e total da contratação (art. 6º, XXIII, "I", art. 18, IV, e § 1º, VI, da Lei nº 14.133, de 2021). Tendo em conta a natureza estritamente técnica do orçamento, a adequação da metodologia empregada para estimar os custos unitários da contratação escapa ao exame da assessoria jurídica, posto ser atribuição não afeta à formação jurídica e ao prisma da análise da estrita legalidade. Prudente, contudo, ressaltar alguns pontos considerados relevantes, a fim de melhor orientar, nesse particular, a atuação administrativa.

2.4.28. No caso de licitação para contratação de serviços a serem executados com dedicação exclusiva de mão de obra, como na espécie, a composição e o detalhamento dos custos do orçamento estimativo devem tomar como base o modelo de planilha de custos e formação de preços que consta do Anexo VII-D da IN SEGES/MP nº 05, de 2017, adaptado às características do serviço a ser licitado (art. 9º da IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021).

2.4.29. Ademais, se os custos de mão de obra são vinculados a algum instrumento coletivo, em princípio, pesquisas de preços junto a fornecedores para estimação de salários e benefícios não seriam apropriadas, pois os valores a serem pagos decorrem de pisos salariais estipulados por aqueles atos/negócios jurídicos. O que importa, nesse sentido, para fins de cálculo do orçamento, é que a estimativa dos custos da contratação seja realizada a partir do instrumento coletivo adequado. Outro não é o entendimento do TCU:

Boletim de Jurisprudência 197/2017

Acórdão TCU 2443/2017 Plenário (Representação, Relator Ministro Aroldo Cedraz)

Enunciado

O fato de o orçamento estimativo da licitação não considerar os salários definidos em convenção coletiva mais recente, a despeito da possibilidade de repactuação em seguida à assinatura do contrato, viola o art. 9º, § 2º, do Decreto 5.450/2005, uma vez que o orçamento estimativo deve refletir os preços de mercado no momento da publicação do edital.

Informativo de Licitações e Contratos 250/2015

Enunciado

Nos estudos técnicos preliminares de contratação de mão de obra terceirizada, a ausência de indicação, de forma clara e precisa, do sindicato, acordo coletivo, convenção coletiva ou sentença normativa que rege a categoria profissional que executará o serviço, com base na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO, afronta o art. 6º, inciso IX, alínea 'a', da Lei 8.666/93.

Representação de licitante a respeito de possíveis irregularidades ocorridas na condução de pregão eletrônico pela Prefeitura Universitária da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), para contratação de serviços de manutenção e conservação da estrutura física dos campi I, II, III e IV, com fornecimento de mão de obra, utensílios e equipamentos necessários. [...] o Termo de Referência do pregão em apreço não fez conexão entre a categoria profissional a ser terceirizada e a CBO, assim como não trouxe de forma clara e precisa a memória de cálculo do custo de cada categoria profissional, o que impossibilitaria a avaliação dos custos da contratação, na forma do art. 6º, IX, da Lei 8.666/1993. Essas falhas contribuem para problemas como o verificado no caso em exame, de apresentação de propostas com valores mais vantajosos que os oferecidos pela empresa declarada vencedora. [...] Acórdão TCU 3982/2015-1ª Câmara, TC 027.026/2014-0, relator Ministro Bruno Dantas, 7.7.2015.

2.4.30. Por conseguinte, apenas deverão ser realizadas pesquisas de preços em fontes diversas, com o objetivo de serem obtidos os preços de referência para a mão de obra, se inexistirem instrumentos coletivos aptos a regerem as categorias na respectiva base territorial. Nesse sentido, extrai-se da IN SEGES/MP nº 05, de 2017:

Anexo I

[...]

XXII - SALÁRIO: valor a ser efetivamente pago ao profissional envolvido diretamente na execução contratual, não podendo ser inferior ao estabelecido em Acordo ou Convenção Coletiva, Sentença Normativa ou lei. Quando da inexistência destes, o valor poderá ser aquele praticado no mercado ou apurado em publicações ou pesquisas setoriais para a categoria profissional correspondente.

Anexo V

[...]

2.9. Estimativa de preços e preços referenciais:

[...]

b) No caso de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o custo estimado da contratação deve contemplar o valor máximo global e mensal estabelecido em decorrência da identificação dos elementos que compõem o preço dos serviços, definidos da seguinte forma:

b.1. por meio do preenchimento da planilha de custos e formação de preços, observados os custos dos itens referentes ao serviço, podendo ser motivadamente dispensada naquelas contratações em que a natureza do seu objeto torne inviável ou desnecessário o detalhamento dos custos para aferição da exequibilidade dos preços praticados;

b.2. por meio de fundamentada pesquisa dos preços praticados no mercado em contratações similares; ou ainda por meio da adoção de valores constantes de indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de

2.4.31. Nesse particular, a Administração deve buscar se certificar de que o instrumento coletivo utilizado para compor o preço de referência da licitação realmente rege a categoria profissional envolvida na futura contratação dentro da base territorial onde os serviços serão desempenhados, confirmando, ainda, o período de vigência da mesma norma coletiva, em face do art. 614, § 3º, da CLT. Além disso, é necessária a juntada de cópia da convenção ou acordo coletivo utilizado como base para compor o orçamento estimativo da licitação, devendo ser observado pela Equipe de Planejamento da Contratação o disposto no art. 6º da IN SEGES/MP nº 05, de 2017, que veda a vinculação a qualquer disposição de instrumento coletivo que:

- a) trate do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada;
- b) cuide de matéria não trabalhista ou que estabeleçam direitos não previstos em lei (ex.: valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade);
- c) trate de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.

2.4.32. Dito isto, verifica-se que, no caso, a Administração apresentou planilhas de custos e formação de preços (fls. 294 - SEI 42217152), acompanhada da Convenção Coletiva que foi utilizada (fls. 216 - SEI 42217140). Noutro giro, quanto aos custos decorrentes do mercado, não vinculados a qualquer instrumento coletivo ou tarifas públicas, a pesquisa de preços deverá ser executada de acordo com a IN SEGES/ME nº 65/2021. Na espécie, constam dos autos memorial com consolidação da pesquisa relativas aos insumos que estão incluídos nos custos do contrato (fls. 015 - 42217126).

2.4.33. Relativamente à indicação de quantitativos e preços apurados pela Administração, o item 7 do ETP limitou-se a informar que "*O documento de demanda solicita 06 postos de Marinheiro*" (fls. 37 - SEI 42217131). A Formalização da Demanda, por sua vez, no item 2 apenas lista os postos e as quantidades desejadas (fls. 02 - SEI 42217122). Não está claro, contudo, como foi apurado o quantitativo pretendido, quais as métricas e índices utilizadas pelo gestor para chegar ao número de postos que pretende contratar, isso precisa ficar explicitado, como demanda o inciso V, do art. 9º, da IN SEGES nº. 58/2022.

2.4.34. Prosseguindo, não encontramos documento que comprova a designação do pregoeiro e da equipe de apoio (art. 8º, §§ 1º e 5º, da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022), recomendando-se a correção.

2.4.35. Não foi previsto item exclusivo para Microempresa e Empresas de Pequeno Porte. Dado que o gestor optou por licitar o objeto em grupo único, cujo preço estimado total é de R\$ 717.500,76, sua decisão neste quesito se coaduna com o comando do art. 6º, do Decreto nº 8.538/2015, uma vez que o montante é superior ao limite para afetação da exclusividade, que é de R\$ 80 mil. Ressaltando-se que, segundo a Orientação Normativa AGU nº 10, de 2009, a aferição desse valor considera o período de um ano da contratação.

2.4.36. Em atenção ao art. 6º, XXIII, "j", c/c art. 18, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, necessário demonstrar a previsão da existência de recursos orçamentários para fazer face às despesas decorrentes da futura contratação, o que foi feito por meio dos documentos de fls. 250 e 252 -SEI 42217148.

2.4.37. Alerta-se, ainda, para a necessidade de juntar ao feito, antes da celebração do contrato administrativo, a nota de empenho suficiente para o suporte financeiro da respectiva despesa, em atenção ao disposto no art. 60 da Lei nº 4.320/64.

2.4.38. Cite-se, finalmente, que consta no processo a lista de verificação prevista na Orientação Normativa SEGES nº 02/2016, documento de fls. 239 - SEI 42217144.

2.5. Das Minutas de Edital e Contrato

2.5.1. Quanto às minutas de Edital e de Contrato, a Lei 14.133/2021 (conforme art. 19, IV, c/c art. 25, § 1º) recomenda a utilização dos modelos padronizados disponibilizados pela assessoria jurídica e que eventuais alterações sejam destacadas e justificadas no processo (art. 19, § 2º).

2.5.2. A padronização de modelos de editais e contratos é medida de eficiência e celeridade administrativa e há muito tempo vem sendo recomendada pela CGU/AGU, o que foi feito pelo gestor no presente processo, conforme atestado no documento de fls. 237 - SEI 42217142.

2.5.3. Assim, a utilização da minuta-padrão disponibilizada pela Assessoria Jurídica, ao tempo em que revela ser medida de eficiência, acaba por restringir a análise a ser elaborada por esta DICAJ/PRFN1, tornando-se desarrazoada a revisão minuciosa de cada cláusula da minuta trazida, pois tal medida iria, na verdade, de encontro à finalidade pretendida com a padronização, por tal razão analisa-se apenas as modificações indicadas no Termo de Responsabilidade.

2.5.4. As alterações/modificações declaradas pelo gestor no são, de modo geral, compatíveis com a adequação do objeto licitado à minuta-padrão.

2.5.5. Acerca da minuta do Edital, fls. 041 - SEI 42217132, comenta-se apenas que a compreensão desta assessoria é que o art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527/2011, c/c art. 7º, §3º, V, do Decreto nº 7.724/2012, tornam obrigatória a divulgação do Edital e seus

anexos no sítio oficial do Órgão, não se tratando de uma faculdade, como afirmou o gestor ao justificar a modificação no item 11.10 da minuta-padrão. Sugerimos que avalie se a redação dada ao item está de acordo com tais dispositivos.

2.5.6. Na esteira, o [PARECER nº. 0004, de 2022/CNMLC/CGU/AGU](#) (NUP: 00688.000716, de 2019-43), ao tratar sobre a aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados nos modelos de licitação e contratos, fixou o entendimento de que, nos contratos administrativos, “[...] não constem os números de documentos pessoais das pessoas naturais que irão assiná-los, como ocorre normalmente com os representantes da Administração e da empresa contratada. Em vez disso, propõe-se nos instrumentos contratuais os representantes da Administração sejam identificados apenas com a matrícula funcional [...]. Com relação aos representantes da contratada também se propõe que os instrumentos contratuais os identifiquem apenas pelo nome, até porque o art. 61 da Lei nº 8.666, de 1993, e o §1º do art. 89 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, exigem apenas esse dado.”, o que deve ser observado pelo gestor.

2.5.7. Conforme art. 54, caput e §1º, c/c art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, é obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos e do termo de contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas e a publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União, bem como em jornal de grande circulação.

2.5.8. Deve ser observado o prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, para a apresentação das propostas e lances, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto (art. 55, II, “a”, Lei nº 14.133, de 2021).

2.5.9. Após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) dos documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o art. 54, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3. CONCLUSÃO

3.1. Em face do exposto, manifesta-se essa Procuradoria pela regularidade jurídica do procedimento, desde que observadas as ressalvas constantes deste parecer, que resumimos:

- a) recomenda-se a revisão do item 1.1 do Termo de Referência, para explicitar os componentes do item licitado (par. 2.4.13)
- b) certifique-se de que as especificações técnicas previstas no termo de referência atendem as premissas do subitem 1.1, do Anexo V, da IN SEGES/MP nº 05, de 2017 (par. 2.4.14 e 1.4.15);
- c) recomenda-se que indique e justifique nos autos o regime de execução contratual (par. 2.4.16 a 2.4.22);
- d) recomenda-se que esclareça as métricas e índices utilizados para apurar o número de postos de serviço que pretende contratar (par. 2.4.33);
- e) recomenda-se que junte aos autos a comprovação da designação do pregoeiro e equipe de apoio (par. 2.4.34);
- f) sugere-se que verifique se a redação do item 11.10 do Edital está condizente com os termos do art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527/2011, c/c art. 7º, §3º, V, do Decreto nº 7.724/2012 (par. 2.5.5).

3.2. À consideração superior, com sugestão de devolução à SRRF02 para conhecimento e providências que entender pertinentes.

Brasília, 28 de maio de 2024.

Documento assinado eletronicamente

RUBENS QUARESMA SANTOS

Procurador da Fazenda Nacional

4. De acordo. Restituam-se os autos à origem, como proposto.

Documento assinado eletronicamente

CARLOS HENRIQUE ARAÚJO DA SILVA

Procurador-Chefe da DICAJ/PRFN1

[1] "A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.". (Manual de Boas Práticas Consultivas aprovado pela Portaria Conjunta nº 01, de 2 de dezembro de 2016, Disponível em <https://www.gov.br/agu/pt-br/assuntos-1/Publicacoes/cartilhas/ManualdeBoasPraticasConsultivas4Edicaorevistaeampliadaversaopadrao.pdf>)

[2] SÚMULA TCU 247 - "É obrigatória, nas licitações cujo objeto seja divisível, a adjudicação por item e não por preço global, de forma a permitir uma maior participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para o fornecimento da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas."



Documento assinado eletronicamente por Rubens Quaresma Santos, Procurador(a) da Fazenda Nacional, em 28/05/2024, às 15:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Carlos Henrique Araujo da Silva, Procurador(a) da Fazenda Nacional, em 28/05/2024, às 15:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 42285493 e o código CRC 104A4E2D.



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento juntado ao processo em 24/05/2024 decorrente de ato de servidor habilitado. Corresponde à fé pública do servidor.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento originário de Sistema de Processo Eletrônico diferente do e-Processo.

Esta cópia / impressão foi realizada por GUSTAVO AMORIM ANTUNES em 03/06/2024.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

- 1) Acesse o endereço:
<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>
- 2) Entre no menu "Legislação e Processo".
- 3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".
- 4) Digite o código abaixo:

EP03.0624.13491.8I9M

- 5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:
088126B7D250487F62B90CDD8014D7325B60370F44E282F49CC07DE9F31B55E7